



## ***O Príncipe de Maquiavel: uma sátira política em defesa da Liberdade***

*Gabriela Antonello de Oliveira\**

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma análise sobre o principal objetivo de Maquiavel ao redigir sua mais polêmica e principal obra: *O Príncipe*. Para tal análise analisaremos o contexto histórico-cultural da Itália e mais especificamente o ambiente de Florença no século XVI, cidade e época do nosso filósofo. Pretendo apontar evidências que influenciaram o pensamento de Maquiavel, seu interesse pessoal e os objetivos da obra *O Príncipe*, tendo como principal alvo de discussão a possibilidade de que ao escrever conselhos para o governante da época, o Lourenço de Médici (posteriormente nomeado Duque de Urbino em 1516), o filósofo não redigiu ensinamentos exclusivos para ele, mas também aos povos, que pela seu método de escrita realista deixou evidentes conteúdos e exemplos de como funciona a política de fato. Em outras palavras, entregou fatos de como realmente agem os governantes e deixou sua teoria maquiaveliana como uma sátira contra a tirania e em defesa da liberdade.

**Palavras-chave:** Filosofia Política; Maquiavel; Liberdade; Modernidade.

### **Machiavelli's *The Prince*: a political satire in defense of Freedom**

**Abstract:** This article presents an analysis of Machiavelli's main objective in writing his most controversial and main work: *The Prince*. For this analysis, we will analyze the historical-cultural context of Italy and more specifically the environment of Florence in the 16th century, the city and time of our philosopher. I intend to point out evidences that reflect Machiavelli's thought, his personal interest and the objectives of the work *O Principe*, having as main subject of discussion the possibility that when writing advice for the ruler of the time,

---

\* Graduanda em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: [gabriela\\_antonello@hotmail.com](mailto:gabriela_antonello@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0240796579540981>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3242-2438>.

Lourenço de Médici (revised Duque de Urbino in 1516), the philosopher did not write exclusive teachings for him, but also for the peoples, who by his method of realistic writing contains evident and examples of how politics actually works. In other words, the words delivered facts of how the rulers really act and left their Machiavelli theory as a satire against tyranny and in defense of freedom.

**Keywords:** Political Philosophy; Machiavelli; Freedom; Modernity.

## Introdução

Por sua extrema peculiaridade e diferença de escrita de outros políticos e filósofos de sua época e da posterioridade, Maquiavel se destaca e é interpretado de diversos modos. Assim como seus escritos, que são estudados e comentados até os dias de hoje fazem com que esse filósofo cativa leitores nas mais diversas áreas do saber. As denominadas ciências, tais como a economia e antropologia, podem apresentar uma leitura que tendem ao ‘maquiavélico’, assim como também é lido na política do direito, resumindo-se por passagens em que Maquiavel diz que “É preciso que, para se conservar, um príncipe aprenda a ser mau, e que sirva ou não disso de acordo com a necessidade” (MAQUIAVEL, 1999, p. 99). Distintamente dessas áreas, a filosofia abrange sua ótica para uma análise mais detalhada e direcionada para todos os aspectos conjunturais das obras, do filósofo e da contextualização da época e localidade em que ele estava inserido. Por essas diferenças, a leitura filosófica abrange mais aspectos e se volta para uma leitura mais fiel ao pensador, no sentido de não se tendenciar para pré-denominações. Nesse ínterim, analisaremos *O Príncipe* em seu sentido literal e satírico, tendo em vista que a obra pode apresentar esses sentidos em sua leitura. Nessa perspectiva, defendo que Maquiavel escreveu sua obra em aspecto utilitário, sendo assim, escreveu tanto para os grandes (governantes) – pois ele ansiava que as províncias italianas se unificassem e alcançassem a liberdade externa, e se mostrava provável que fosse alcançado por meio dos governantes- como também

escreveu para os povos, com a finalidade de que esses fossem tomados pela consciência de coletividade e obtessem liberdade interna.

Em sentido literal, temos de base um grande e polêmico leitor: Napoleão Bonaparte. Uma vez que Bonaparte foi um grande imperador francês que utilizou de métodos sangrentos para sua glória, questiona-se: a obra *O Príncipe* foi realmente escrita para os grandes (governantes)? Bonaparte acredita piamente que sim, ao deferir seus comentários nas passagens da obra, nos diversos estágios de sua vida política (cônsul, general, imperador), abraçando-a de tal modo como se a obra fosse escrita exclusivamente para ele e seus semelhantes, os governantes. É crucial ressaltar aqui que a leitura de Bonaparte é maquiavélica, ou seja, se inclina à leitura em sua forma literal, sem considerar outros possíveis pontos de vista.

Pelas leituras e análises equivocadas e literais de Napoleão Bonaparte e alguns outros leitores, surge então um conceito pejorativo relativo à teoria de Maquiavel nomeado como ‘maquiavélico’, expressão usada sempre referente à ações ardilosas, calculistas e trapaceiras. Contudo, há uma segunda uma ótica: a filosófica. Aqui, não podemos nos deter aos escritos de Maquiavel sob essa perspectiva equivocada e grosseira, que nos é pouco satisfatória. Na perspectiva da análise maquiaveliana veremos – dessa vez um exame que gera um resultado um tanto quanto satírico – os filósofos Jean-Jacques Rousseau e Benedictus de Spinoza como base.

### **A obra *O Príncipe* em sentido literal**

Nicolau Maquiavel escreve a obra *O Príncipe* com a intenção de dedicá-la ao príncipe atuante na época em Florença, Lourenço de Médici. Faremos inicialmente uma leitura literal da obra, ou seja, uma análise baseada no sentido restrito e limitado às palavras do filósofo, que foram direcionadas exclusivamente ao príncipe em questão. Com isso, veremos

que a obra se restringe à atribuição do sentido ‘maquiavélico’ e posteriormente a problemática dessa superficialidade.

Analisando a obra em seu aspecto literal, a principal pretensão de Maquiavel é dedicar a obra ao príncipe para que este tenha uma espécie de espelho, informando como manter o seu poder e conquistar territórios. A atribuição de ‘grandes’ se refere aos importantes dirigentes políticos, que de alguma forma influenciam o modo de vida dos povos, aqui tomados como súditos. Em *O Príncipe*, Maquiavel não necessariamente se apresenta como favorável à monarquia, estando mais para um simpatizante desse modo de governo, o que não passa de uma aparência. Contudo, não esconde sua preferência às repúblicas em outras obras de sua autoria, como por exemplo, a obra *Discorsi*<sup>1</sup>.

Maquiavel se encontrava em um contexto político muito conturbado. A antiga Itália ainda era apenas pequenas províncias desunidas e fracas, submetidas à potências estrangeiras (mercenárias). Em Florença, o governo de Cosme de Médici deixara muito rancor e inimigos na cidade. Maquiavel ao apontar que o príncipe deve ser temido e não odiado, faz uma alerta para Lourenço de Médici, de alguns perigos que deixou o governo do seu antecessor (Cosme de Médici). E assim, Maquiavel dá dicas ao príncipe que tinha a função de resgatar o prestígio da família Médici em Florença, tendo em vista que do contrário o ódio e o rancor daria espaço para as outras famílias florentinas poderosas tomarem o governo.

A obra também possui a pretensão de servir como um escopo de libertação da Itália. Em 1513, ano em que *O Príncipe* foi redigido, como vimos, a Itália ainda não era ‘Itália’ que hoje conhecemos, ou seja, um país independente e unificado. Indubitavelmente, veremos que *O Príncipe* também é um projeto de unificação da Itália. Maquiavel sempre deixou explícito em seus escritos que o único modo de libertar a Itália do poder estrangeiro seria pela unificação das províncias. A sua incrível e

---

<sup>1</sup> *Discorsi* ou *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* trata-se de uma outra de Nicolau Maquiavel, escrita também no início do século XVI e publicada em 1531.

revolucionária criação de uma tropa própria formada com os cidadãos da cidade era um dos recursos para atingir essa liberdade. Ver a Itália unificada era um grande sonho de Maquiavel, tendo como preferência uma Itália republicana, mas se isso não fosse possível, que fosse então por meio de uma liderança monárquica, de César Bórgia ou como na obra apresentada, pelos próprios Médici. Maquiavel trata dessa questão no capítulo XXVI (Exortação do príncipe para livrar a Itália dos bárbaros) d' *O Príncipe*:

É preciso, assim, preparar essas tropas, para ser capaz de defender-se dos estrangeiros com a bravura italiana. [...] resultará a composição de uma geração de guerreiros bem como a mudança de métodos. E essas coisas reorganizadas, dão fama e grandeza a um príncipe novo (MAQUIAVEL, 1999, p. 150).

A Itália de Maquiavel era então uma fragmentação constituída por repúblicas e principados, dentre essas repúblicas as principais cidades estavam sob domínio estrangeiro, tais como Milão dominada pela França e Nápoles pela Espanha. Isso se deu por conta da grande fragilidade política que era gerada por essa fragmentação territorial, tomando as palavras de Paul Larivaille a Itália era “Um mosaico de Estados de dimensões territoriais, regimes políticos, estágios de desenvolvimento econômico, até culturas muito variadas” (LARIVAILLE, 2001, p. 9). Esse aspecto não é excluído na obra em sentido satírico.

Para unificar a Itália e alcançar outros objetivos relativos à função do príncipe, Maquiavel traz alguns apontamentos de como Lourenço deve parecer ao povo, os quais iremos analisá-los. Para o nosso autor, como os homens não possuem critérios válidos para julgar (pois estes vivem de aparências), o príncipe não precisa necessariamente ‘ser’, mas deve ‘parecer’, temos aqui um grande jogo político de aparências. A fama de piedoso é benéfica ao príncipe, mas se a fama de cruel vier à tona ele não deve dispor de muita preocupação, desde que os atos aos quais lhe deram essa fama sejam feitos para o bem do principado. Maquiavel discursa sobre uma questão pertinente ao príncipe sobre qual sentimento é superior

(do povo em relação ao príncipe): ser amado ou ser temido. Segundo Maquiavel, convém adquirir um equilíbrio entre ambos, mas se isso não for possível é melhor ser temido do que amado, pois a natureza dos homens é de tamanha ingratidão e ambição que não dão tanta atenção aos atos piedosos na mesma proporção que importam com suas recompensas.

Além disso, os homens não ousam pensar duas vezes em ofender e contrariar aqueles que amam, pois os que estão debruçados no amor se apresentam dispostos à uma maior tolerância e passividade, aceitam com resignação e clemência as imposições e desejos, trazendo maior confiança e poder sob quem apresenta o amor. Sendo assim, também o vínculo afetivo se dá por uma relação de interesses e conveniência, o qual pode ser rompido a qualquer momento. Em oposição do temor que traz consigo a possibilidade do castigo, os homens são mais aprazíveis e respeitosos com quem temem, conseqüentemente são relações difíceis de se romperem em contraste das relações com quem amam. O temor sempre será constante tendo em vista que, apesar de interesseiros, os homens são covardes e não ousam enfrentar quem temem, ao contrário do que podemos dizer do afeto, que por não haver subserviência, só há uma espécie de conveniência que pode acabar-se a qualquer hora. Em suma, nessas situações convenientes os homens permanecem em um prazo de tempo limitado, movidos pelo conforto e pelo hábito, pois se acomodam conforme a própria serventia. Sendo assim, o temor acaba sendo mais favorável do que o amor, pois o temor é capaz de colocar rédeas nas paixões dos homens. Conforme diz o autor no capítulo XVII:

E os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por um vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que lhes aprouver, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona (MAQUIAVEL, 1999, p. 106).

Portanto, o príncipe deve aflingir-se com a fama de cruel e deve ter cautela para que a temeridade não se transforme em ódio. O príncipe será

odiado se tomar atitudes exorbitantes, como apossar-se dos bens e das mulheres dos próximos, uma vez que “Os homens se esquecem mais rapidamente da morte do pai do que perda de patrimônio” (MAQUIAVEL, 1999, p. 107). As milícias também se interessam pela fama de cruel do príncipe. Ora, os homens possuem grande apreço pelos atributos que desejam possuir ou que possuem e assim é com os soldados em relação à crueldade, de tanto ansiarem parecerem cruéis aos povos, admiram os grandes que atingem essa aparência. Contudo, é crucial que o príncipe mantenha um equilíbrio entre o amor e o temor e que evite sempre ser odiado, pois o temor causa controle, mas junto ao amor temos uma perfeita moderação, diferentemente do ódio que causa o efeito de profunda repugnância, repulsa e revolta por parte do povo, gerando rebeldias e calúnias.

O príncipe deve saber aproveitar-se da fama de cruel quando esta lhe for disposta. Ora, como vimos os homens não traem a quem temem, pois são covardes demais para isso. Pela natureza humana ingrata e interesseira dos homens, Maquiavel afirma que o príncipe precisa ser cruel em algumas situações, sendo essa a segurança que lhe manterá no poder, evitando traições. Entretanto, ainda que estejam ajustados pelo temor o príncipe não pode contar com o povo a todo momento, pois os homens são capazes de oferecer tudo o que possuem em troca de recompensas desde que estes bens não vos fareis falta, do contrário os homens retiram as promessas feitas com a mesma facilidade de quando as lançaram. Vejamos como diz o autor ainda no capítulo XVII:

E os homens relutam menos em ofender aos que se fazem amar do que aos que se fazem temer, pois o amor se mantém por um vínculo de obrigação, o qual, mercê da perfídia humana, rompe-se sempre que lhes aprouver, enquanto o medo que se incute é alimentado pelo temor do castigo, sentimento que nunca se abandona (MAQUIAVEL, 1999, p. 106).

Portanto, o príncipe deve afligir-se com a fama de cruel e deve ter cautela para que a temeridade não se transforme em ódio. O príncipe será

odiado se tomar atitudes exorbitantes, como apossar-se dos bens e das mulheres dos próximos, uma vez que “Os homens se esquecem mais rapidamente da morte do pai do que perda de patrimônio” (MAQUIAVEL, 1999, p. 107). As milícias também se interessam pela fama de cruel do príncipe. Ora, os homens possuem grande apreço pelos atributos que desejam possuir ou que possuem e assim é com os soldados em relação à crueldade, de tanto ansiarem parecerem cruéis aos povos, admiram os grandes que atingem essa aparência. Contudo, é crucial que o príncipe mantenha um equilíbrio entre o amor e o temor e que evite sempre ser odiado, pois o temor causa controle, mas junto ao amor temos uma perfeita moderação, diferentemente do ódio que causa o efeito de profunda repugnância, repulsa e revolta por parte do povo, gerando rebeldias e calúnias.

O príncipe deve saber aproveitar-se da fama de cruel quando esta lhe for disposta. Ora, como vimos os homens não traem a quem temem, pois são covardes demais para isso. Pela natureza humana ingrata e interesseira dos homens, Maquiavel afirma que o príncipe precisa ser cruel em algumas situações, sendo essa a segurança que lhe manterá no poder, evitando traições. Entretanto, ainda que estejam ajustados pelo temor o príncipe não pode contar com o povo a todo momento, pois os homens são capazes de oferecer tudo o que possuem em troca de recompensas desde que estes bens não vos fareis falta, do contrário os homens retiram as promessas feitas com a mesma facilidade de quando as lançaram. Vejamos como diz o autor ainda no capítulo XVII:

Os homens costumam ser ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro; enquanto lhes proporciona benefícios, todos estão contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, como se disse antes, desde que a necessidade dessas coisas esteja bem distante (MAQUIAVEL, 1999, p. 106).

O príncipe deve agir com cautela perante o povo, procurando ser amado. Ora, a natureza dos homens é má e só dispõe de bondade quando necessário. Dessa forma, se o povo odiar o príncipe, se rebelarão contra

ele. Não basta ao príncipe apenas ser temido, ele precisa ser amado. O temor proporciona benefícios mútuos ao príncipe, como lealdade e respeito, sendo, em moderação, a relação de conveniência disponibilizada apenas pelo amor que desperta apreço e estima ao príncipe. O amor garante servidão e troca recíproca entre ambas as partes relacionadas, levando em consideração que a natureza dos homens é egoísta, estão então dispostos a conservarem as relações que suprem suas paixões.

O príncipe benevolente, que é amado pelo seu povo e que realiza os desejos destes, terá em troca apoio e segurança. Porém, Maquiavel aconselha ao príncipe que faça o bem gradativamente, para que assim o amor do povo se estenda por um longo prazo. Ao contrário de quando o governante precisar realizar o mau, que deve ser feito de uma vez só para que a revolta e a dor seja sentida em um curto prazo de tempo. No entanto, Napoleão, ao discordar de Maquiavel em algumas passagens, se apresenta como um tirano em algumas observações: “Atraí-los!<sup>2</sup> Não me darei a esse trabalho. Serão obrigados pela minha força a me obedecer, especialmente dentro do plano da Confederação Renana (imperador)” (BONAPARTE, 1996, p. 54). Surpreendentemente, Maquiavel parece desconsiderar aqui a condição rancorosa dos homens, já que o autor diz em algumas passagens que os homens não costumam esquecer-se facilmente do que os prejudica, sobretudo quando se trata da retirada de seus bens. Nesta análise, já estamos nos aproximando do sentido irônico da obra, fugindo da restrição ‘maquiavélica’ designada ao escrito.

O príncipe precisa administrar sua bondade, de modo que ela se equilibre com o temor, excluindo riscos de traições. Se o príncipe for de todo bondoso, parecerá estar disposto a tudo pelo povo, o que lhes dará liberdade para serem perversos, tendo em vista que somente o amor em grande escala traz a confiança para a traição, pois diante do afeto em grande quantidade os homens se sentem seguros e livres, acreditando que tudo podem fazer sob quem lhes assegura amor.

---

<sup>2</sup> Nessa passagem, Napoleão está se referindo aos povos.

Contudo, Maquiavel afirma ainda que “O temor de perder o que se tem provoca paixão igual à causada pelo desejo de adquirir” (MAQUIAVEL, 2008, p. 34). Dizendo assim que o medo de perder seus bens farão com que os homens amem o príncipe com a mesma intensidade que desejam e amam suas paixões e bens, tendo em vista que o príncipe pode facilitar a aquisição desses bens, assim como pode tomá-los. Em outras palavras, o medo da perda de bens causa o mesmo desejo que os homens possuem em adquirir bens. Assim Maquiavel reforça a necessidade do temor, mas reafirma novamente que somente o medo não basta, sendo necessário equilibrá-lo com o amor.

Desta análise podemos identificar em sentido literal resquícios da atribuição ‘maquiavélica’ designada à obra. Nomeação atribuída aos princípios políticos e filosóficos de Maquiavel que apontam conselhos baseados em artilosidades, na ação realizada com meios duvidosos e cruéis para se atingir um determinado fim (principal objetivo do homem: alcançar seus próprios fins). Se agir de tal forma -seja ela maléfica ou não- lhe apresentar algum benefício, então assim deve agir o príncipe. Surge então, dos leitores maquiavélicos, de forma inventiva a frase que nunca foi dita por Maquiavel: “os fins justificam os meios”.

Maquiavel apresenta a natureza humana com propriedades não tão agradáveis, possuindo todos os homens características como a ambição e o interesse voltados somente para si mesmos. Partindo dessas características, o príncipe deve aprender a ser mal conforme as necessidades, pois os homens tendo em sua condição o hábito de voltarem a atenção para o que deveria ser feito ao invés do que estão fazendo, dedicam-se a circunstâncias ainda futuras e não atingidas, e não para a realidade presente, encaminhando-se assim para a autodestruição.

A natureza humana maquiaveliana não permite que um ser possua somente qualidades agradáveis, conseqüentemente há características más. Assim como também não é possível que o homem seja de todo mal, pois segundo Maquiavel os homens não possuem apenas um tipo de característica predominante. Similarmente, é fato que não há como o príncipe praticar somente ações denominadas boas, mas faz-se necessário

que ele procure evitar alguns defeitos, prezando assim pelas qualidades que são de grande valia.

No que se refere à fama, não deve ser essa a principal preocupação do príncipe, mas ele deve zelar para que se houver uma fama que esta não seja a de um liberal, ou seja, que não mostre muitos traços de luxo. Tendo em vista que nessa situação o povo odiará o príncipe pois a natureza humana sendo ambiciosa e interesseira, requer complacência e reconhecimento, devendo o governante guardar recursos para agradar seu povo em poucas quantias, mas em diversas vezes. Portanto, nessa situação é mais conveniente possuir a fama de miserável, do que a fama de um liberal no que tange as finanças, pois esta apenas dará origem à repulsa e ao ódio por parte do povo.

O príncipe precisa ser um bom simulador, de tal forma que tenha controle tanto sob a situação, quanto a quem engana. Além disso, se o príncipe precisar quebrar uma promessa, deve fazê-lo sem pensar duas vezes, pois de nada vale os juramentos e o príncipe será estimado pelo povo como corajoso e heroico. A saber a covardia é uma das características humanas, então aquele que se mostra corajoso é um ser admirável e que possui a sagacidade de praticar algo que não é do costume dos demais.

Os homens julgam mais pela aparência do que pela realidade. A isso se enquadra a preocupação em ‘parecer’ e não necessariamente em ‘ser’. Se um príncipe aparenta possuir qualidades, só terá benefícios. Ora, a aparência vale mais do que a ação, o real, pois os homens não se atentam à realidade com a destreza devida, visualizando o que parece ser e não se preocupando em descobrir o que é de fato, por essas razões o príncipe precisa ter a habilidade de simular situações para ter o controle, atuando como um líder provido das características que agradam os povos, sabendo ligar com o jogo de aparências que é próprio da política.

Contudo, a melhor fortaleza é o apoio do povo. Nenhuma fortaleza garante segurança quando se possui o ódio do povo, pois estes podem rebelar-se contra o príncipe e/ou ainda quando os de indivíduos de fora se rebelarem o príncipe não terá o apoio do povo. Tendo em vista a condição

de interesse dos homens, enquanto for conveniente ajudarão o príncipe, mas quando não o for, rebelar-se-ão pela força do ódio. Pois os homens somente são fiéis quando os interessa, devendo assim o príncipe saber manter lançar sua âncora nesse mar de incertezas e sempre deixar ativo os desejos desses inconstantes povos, para que assim ele possua algo para saciar esses desejos e acalmar a ânsia das multidões.

### ***O Príncipe em sentido satírico***

Vimos que no sentido literal, a obra *O Príncipe* pode aparentar um caráter cruel, ofensivo aos padrões morais impostos pela Igreja e até denominado ‘maquiavélico’. No entanto, resta-nos agora analisarmos a obra enquanto uma sátira. Com ‘sátira’ quero dizer que a obra contém ironias, estando repleta de trechos que demonstram: ridicularização ao tradicionalismo vigente da época; real modo de governo dos príncipes; aspectos incomuns ao estilo da obra etc.

Em contrapartida ao sentido literal, veremos então a obra por outra ótica. A princípio, devemos considerar que o contexto histórico ao qual Maquiavel estava inserido era de todo conturbado, assim como a sua vida pessoal. Florença já carregava a conhecida fama de ‘laboratório político’, pois foi alvo de diversos tipos de governo, assim como foi liderada por dinastias distintas e rivais, contando com golpes, fugas, assassinatos e malversações. Nesse campo de batalha político ao qual se encontrava Florença, Maquiavel era Segundo Chanceler da República, mas não por muito tempo. Com as já esperadas mudanças florentinas, a cidade sofreu outra modificação política na qual a República foi tomada mais uma vez pela Dinastia Médici, dessa vez com Lourenço II no comando.

Em seu exílio, Maquiavel não encontrava ações significativas das quais ele poderia realizar para voltar à Florença a não ser seguir a tradição de escrever um ‘espelho do príncipe’. Muito comum na época, esse estilo de obra era escrito e dedicado aos governantes, porém sempre se pautavam pelos padrões morais e cristãos, unindo a ética à política, dedicando uma

obra da qual o príncipe pudesse fiar-se em exemplos ‘corretos’ e dignamente humanos (seguindo o que prega o cristianismo), obras que literalmente eram consideradas aptas para servirem de espelhos à magnitude desses comandantes. Fugindo completamente desse molde, a única tradição que Maquiavel seguiu foi o modelo da obra, no restante não se encontram vestígios devidamente morais e éticos da tradição, pelo contrário. Mas como Maquiavel esperava voltar à Florença através de uma obra tão distinta e obscura? Ora, além de seu grande desejo de retornar à sua província florentina, Maquiavel também possuía outros grandes desejos, tais como a libertação das cidades-Estados (pela unificação da cidades-estado), a criação de tropas próprias para a autodefesa de Florença e acessibilidade para que o povo compreenda como a política ocorre de fato. Não sabemos ao certo se Maquiavel esperava que sua obra promovesse tanta polêmica e discórdia, mas podemos acreditar que sim. É certo que para uma obra política chegar até o povo era necessário que houvesse uma repercussão escandalosa. Também é importante ressaltarmos que antes de Maquiavel escrever *O Príncipe*, ele já estava redigindo a obra *Discorsi* (na qual há certas ideias opostas à obra *O Príncipe*), mas precisou interromper a escrita, certamente por um interesse maior.

Spinoza compartilha do mesmo pensamento de Maquiavel no que diz respeito às paixões, que conduzem o homem sob primazia: “Sendo os homens como dissemos mais conduzidos pelas paixões que pela razão [...]” (SPINOZA, 1999, p. 61), semelhante ao que diz Maquiavel sobre como os homens podem corromper-se. Spinoza discorre acerca de um acordo comum, dizendo para que ele exista é necessária uma paixão em comum entre os homens, pois pela natureza humana não há uma inclinação à destacar a razão, mas sim as paixões. Como afirma Maquiavel: “Ter algo para impor um freio às paixões dos homens, tirando-lhes a esperança de poder errar impunemente” (MAQUIAVEL, 2008, p. 139). Ambos os pensadores concordam que o bem comum deve ser a finalidade tanto dos governantes quanto dos governados.

No capítulo V do *Tratado Político*, cláusula 7, Spinoza escreve diretamente sobre Maquiavel, especulando-se sobre a finalidade de sua obra *O Príncipe* e mostrando seu parecer no capítulo VII:

Talvez Maquiavel tenha querido, também, mostrar quanto a população se deve defender de entregar o seu bem-estar a um único homem que, se não é fútil ao ponto de se julgar capaz de agradar a todos, deverá constantemente rezear qualquer conspiração e, por isso, vê-se obrigado a preopucar-se, sobretudo consigo próprio e, assim, a enganar a população em vez de a salvar. E estou tanto mais disposto a julgar assim acerca deste habilíssimo autor, quanto mais em considerá-lo um partidário constante da liberdade e quanto, sobre a maneira necessária de a conservar, ele deu opiniões muito salutares (SPINOZA, 1994, p. 60).

Nessa mesma perspectiva de leitura e escrita sobre o que se refere as monarquias, o filósofo Rousseau afirma que os governantes de uma monarquia nunca estarão irresolutos sobre o amor ou o temor dos povos, escolhendo sempre a maldade, para que isso resulte em povos que podem ser controlados pela fraqueza e pelo temor. O filósofo genebrino é outro leitor maquiaveliano do qual acredita que Maquiavel escreve para os povos, em defesa da liberdade:

[...] é natural que os príncipes dêem sempre preferência à máxima que lhes é mais imediatamente útil. É o que Samuel expôs, com vigor, aos hebreus. É o que Maquiavel fez ver com evidência. Fingindo dar lições aos reis, deu-as, e grandes aos povos. O Príncipe de Maquiavel é o livro dos republicanos (ROUSSEAU, 2006, p. 88).

É, portanto, com bases nessas leituras, conhecimentos e referências, maquiavélicos maquiavelianos, que defenderei e argumentarei sobre *O Príncipe* enquanto uma defesa da liberdade (em dois aspectos: interna e externa), tendo também como base as outras obras do filósofo

(Discorsi, História de Florença e Arte da Guerra). Ao apresentar a obra enquanto uma sátira, não exclui, contudo, a veracidade das palavras de Maquiavel deferidas ao príncipe, tendo em vista que o sonho de Maquiavel era, a priori, presenciar a unificação da então fragmentada territorial em que ele vivia, salvaguardando a liberdade do país frente as potências estrangeiras e também retornar à Florença e à prática política; mas também, a posteriori, escrever para os povos, afim de que esses possam providenciar sua própria liberdade.

### **A natureza humana na obra *Discorsi***

A discussão sobre a natureza humana em Maquiavel é pertinente para o entendimento geral dos desdobramentos políticos, ou seja, para compreendermos como são formuladas as leis e como se dá a manutenção da política, pois é a partir das características humanas que podemos definir os limites e generalizações dos resultados políticos, sob um aspecto viável da pesquisa. A natureza humana apresentada por Maquiavel se refere aos hábitos e costumes comuns a todos, tendo em vista que está relacionado ao caráter predominante dos homens, por essa razão analisaremos novamente esse conceito, mas agora na obra *Discorsi*.

Maquiavel nos apresenta uma natureza humana não muito afável, visto que segundo ele os homens tendem a um modo de agir cruel e implacável. Na Introdução da obra *Discorsi*, o autor já inicia a obra de um modo embaraçoso, dizendo que os homens são “Por natureza invejosos [...] pois se inclinam mais à crítica do que ao elogio” (MAQUIAVEL, 2008, p. 17). A partir dessa definição inicial, podemos evidenciar que os homens sempre almejam algo, ou seja, possuem ambições infinitas, deste modo sempre vão buscar métodos e maneiras de alcançarem o que desejam. Como essas características da inveja e da ambição são imantes ao indivíduo, segundo Maquiavel, não há como desviar-se ou alterar tal modo de ser. Sendo assim, a maneira ideal de obter tais ambições humanas

devem ser da forma mais sábia e viável, da qual aprenda a conduzir essas paixões de forma eficiente, que se diz do método ‘pragmático’.

Vejamos agora uma passagem dos *Discorsi* em que há expressa a caracterização da natureza humana. Aqui podemos ver que pelos conhecimentos do passado, podem-se criar hipóteses do que há de ocorrer futuramente pois os homens são movidos pelas paixões, que são inseparáveis da natureza humana, a qual ir-se-ão lidar com as mesmas situações sempre pois os elementos passados costumam são os mesmos do presente.

A partir da análise da história de Maquiavel e sob suas afirmações que expressam seu julgamento sobre a natureza humana, podemos identificar que os homens além de serem invejosos e ambiciosos, para o filósofo, são relutantes e sistemáticos à determinados aspectos. Para exemplificar: resistem em acreditar que as circunstâncias podem ser as mesmas do passado, e assim duvidam que alguns acontecimentos podem se repetir, evitando imitar os grandes feitos remotos pois acreditam serem impossíveis de serem executados novamente, como se por sua magnitude fossem apenas um mito, com personagens não-humanos -como se fossem realmente deuses- e circunstâncias irreais e utópicas.

Em uma outra passagem, vemos pelas palavras de Maquiavel de que os homens são movidos pelas circunstâncias e pelas necessidades, mas que a coragem aflora na ação humana quando a liberdade está presente. Além disso, sempre que puderem os homens irão agir a mercê do poder:

Como os homens agem por necessidade ou por escolha, e a coragem sempre brilha mais intensamente quando a escolha é mais livre [...], mas como estão condenados a garantir o seu destino exclusivamente pelo poder, é preciso que fujam das regiões muito estéreis, e se fixem em terras fecundas, onde a riqueza do solo permita o desenvolvimento; onde os habitantes possam defender-se dos ataques, dominando quem se oponha a seu progresso (MAQUIAVEL, 2008, p. 20).

No capítulo Vigésimo Sétimo do Livro I (*Discorsi*), com o título “Raramente os homens sabem ser inteiramente bons ou inteiramente maus”, Maquiavel revela outro aspecto da natureza humana. O florentino utiliza um exemplo de covardia como ilustração., a história se diz de um caso de João Paulo Bargolini, um tirano que ao ter sua terra invadida pelo Papa Júlio II, teve a oportunidade de honrar sua imagem e vingar-se da Igreja se tivesse acabado com seu inimigo, mas não o fez, seja por bondade ou por falta de sagacidade. Supondo com isto, que a natureza humana não é nem de todo cruel e nem de todo boa, pois os homens não conseguem agir com apenas um desses extremos (a bondade ou a maldade):

Do episódio se conclui que os homens não sabem guardar nenhuma dignidade no crime, nem ser perfeitamente bons. E que, quando o crime apresenta algum aspecto de grandeza ou generosidade, temem praticá-lo (MAQUIAVEL, 2008, p. 95).

Na mesma ocasião, capítulo Vigésimo Nono do Livro I (*Discorsi*) “Quem é capaz de maior ingratidão: um povo ou um príncipe”, Maquiavel reforça a condição humana com certa tendência à desconfiança uns para com os outros e que são seres desejanter de algo: “Como a ambição e a desconfiança são naturais no homem e como não se pode impor limites à sorte [...]” (MAQUIAVEL, 2008, p. 99). É nessa essência de confronto da natureza humana que surge, por necessidade, as diferentes formas de governo legítimos: aristocrático, popular e monárquico; e suas derivações: despotismo, oligarquia e permissividade. Ainda no mesmo contexto, Maquiavel argumenta que os homens agem por necessidade: “Os homens prudentes sabem tirar proveito de todas as suas ações, mesmo daquelas a que a necessidade os obriga” (MAQUIAVEL, 2008, p. 161), mas também agem por ambição:

E da mesma forma que um grupo de homens será incapaz de fundar uma instituição, se não lhe reconhecer as vantagens, porque a diversidade de opinião obscurece o seu julgamento, depois que lhe

admitam a utilidade, jamais poderão pôr-se de acordo para abandoná-la (MAQUIAVEL, 2008, p. 50).

Das citações acima é possível concluir que as ideias de Maquiavel iniciam o que podemos chamamos de utilitarismo político. Para o autor, os homens são movidos pela necessidade e pela ambição, mas ainda que ajam pela necessidade, se forem homens de *virtú* podem extrair benefícios dessas ações. Ao reconhecer as vantagens que podem retirar de determinadas atitudes, os homens são capazes de grandes consumações, como por exemplo: fundações de instituições. Mas se não reconhecem ou não procuram analisar as vantagens, abandonam facilmente o que haviam planejado. Todavia, uma vez que se organizam para tal tarefa, que trará recompensas, jamais serão capazes de abandoná-la ainda que se tenha múltiplas opiniões. Para tal diversidade de opiniões que podem ocasionar em conflitos, temos a política das repúblicas e ação dos legisladores para “Impor um freio às paixões dos homens, tirando-lhes a esperança de poder errar impunemente” (MAQUIAVEL, 2008, p. 139), visto que os homens podem facilmente corromper-se quando o assunto envolve as paixões: “Da facilidade com que os homens se deixam corromper; da presteza com que o seu caráter se transforma, ainda quando naturalmente bom e cultivado pela educação” (MAQUIAVEL, 2008, p. 139). Neste contexto, a política utilitarista possui o objetivo de instruir os homens de acordo com suas finalidades, ou seja, de suprir suas paixões e o desejo pela liberdade.

É visível nos *Discorsi* que Maquiavel considera os homens como seres ‘perigosos’, capazes de destruições e desordens ao que concerne seu próprio bem. Na passagem a seguir podemos ver a crítica do filósofo à política utópica, que idealiza uma república sem guerras e discórdias. Como o homem não pode se desvencilhar de suas características perversas, para Maquiavel, essa idealização não possui condições de se desenvolver:

Afastados o ressentimento, a licença, a corrupção, todas as ambições, veria renascida a idade de ouro em que todos podem sem temor exprimir e sustentar uma opinião. Veria enfim o mundo triunfante, o príncipe cercado de respeito e glória, os povos felizes

envolvendo-o com o seu amor (MAQUIAVEL, 2008, p. 55).

Ainda na obra *Discorsi*, Maquiavel introduz o Livro Segundo dizendo que “Os homens elogiam o passado e se queixam do presente, quase sempre sem razão” (MAQUIAVEL, 2008, p. 189). Não é novidade o fato de que Maquiavel considera os homens como indivíduos relutantes e covardes, todavia o autor nos apresenta outra característica habitual dos humanos, que se diz da irracionalidade. Mas será que com isso podemos dizer que possivelmente trata-se de uma irracionalidade intencional, tendo em vista que os homens são seres dotados de racionalidade e providos da capacidade de raciocínio lógico? Pelos pensamentos de Maquiavel essa irracionalidade não pode ser inteiramente intencional, pois quando se trata dos apetites humanos, os homens cegam-se pela ambição, sendo este o obstáculo para raciocinarem com a devida razão, ainda que esta seja própria dos humanos. Do mesmo modo, para Maquiavel, os homens nunca estarão sob a posse de total contentamento, já que isso depende não só deles, mas também procede da fortuna, ou seja, depende do acaso, da sorte ou do azar que são incertos e não permitem que os homens desfrutem de tudo o que querem ou quando querem. Logo, não é possível que os homens tenham pensamentos e atitudes racionais a todo o tempo, pois necessitariam de uma fortuna perfeita para tal:

Afastados o ressentimento, a licença, a corrupção, todas as ambições, veria renascida a idade de ouro em que todos podem sem temor exprimir e sustentar uma opinião. Veria enfim o mundo triunfante, o príncipe cercado de respeito e glória, os povos felizes envolvendo-o com o seu amor (MAQUIAVEL, 2008, p. 55).

Maquiavel alega que muitas das críticas conferidas às multidões não são exclusivas destas, mas sim próprias dos homens em geral, incluindo o príncipe. Nesse contexto, Maquiavel discorda da afirmação de

Híeron<sup>3</sup> e de muitos historiadores, que definem a natureza da multidão em dois extremos: servir com humildade ou dominar orgulhosamente. Vejamos que Maquiavel não nega que a multidão possa agir/aja com determinadas formas, ele apenas nega que essas atribuições possam ser exclusivas do povo, sendo que todos os homens, isolados ou em cadeias, estão propensos à essas reações, sendo assim, próprias da natureza humana. Outrossim, uma alternativa para controlar essa natureza, que aflora pela falta de leis, é justamente a implantação delas:

Direi, portanto, que o defeito que os historiadores atribuem à multidão pode ser imputado aos homens, de modo geral – e aos príncipes, em particular. Com efeito, todos a quem faltem leis para regular sua conduta podem cometer os mesmos erros que as multidões sem freios (MAQUIAVEL, 2008, p. 179).

Podemos constatar a nítida semelhança da descrição da natureza humana em ambas as obras (*Discorsi* e *O Príncipe*) de Maquiavel. No entanto, nos *Discorsi*, Maquiavel se contém em descrever a natureza humana dos homens em geral, não distinguindo com precisão os grandes dos povos. Ao contrário do que Maquiavel apresenta n’*O Príncipe*, pois a obra está voltada (ainda que apenas formalmente) ao Lourenço II, não podendo em hipótese alguma ser dedicada diretamente à ambos os públicos, visto que se trata de oposições: os que detêm o poder (grandes) e os que estão em condição de submissão (povos). Por razões práticas Maquiavel afirma no capítulo XV:

Como, porém, minha intenção não é escrever sobre assuntos de que todos os interessados tirem proveito, julguei adequado procurar a verdade pelo resultado das coisas, mais do que por aquilo que delas se possa imaginar. E muitos imaginam repúblicas e principados nunca vistos ou reconhecidos como reais (MAQUIAVEL, 1999, p. 99).

---

<sup>3</sup> Tirano das antigas colônias gregas.

Além disso, é importante salientarmos que Maquiavel não está necessariamente se contradizendo nas duas obras (*O Príncipe e Discorsi*). Ao afirmar a natureza humana como interesseira e ambiciosa, Maquiavel é o melhor exemplo dessa regra. Em outras palavras, ao escrever a obra *O Príncipe* com seus diversos motivos e interesses implícitos e explícitos, o filósofo estava agindo conforme seu desejo de voltar à Florença, talvez sendo esse o principal interesse, mas indubitavelmente não o único, tentando tirar o maior proveito possível com o lançamento de apenas uma obra.

### **Liberdade Interna: os povos contra os grandes**

Maquiavel, que ocupara cargos políticos em Florença, presenciou através de suas experiências os grandes dilemas não só da sua cidade como também de outras províncias e de toda a Europa. Dentre os mais variados dilemas, apresenta-se com grande ênfase a questão da liberdade política interna. Nos restringiremos, a princípio, ao entendimento sobre a liberdade política interna das cidades italianas.

Na época de Maquiavel, os antigos Estados italianos eram apenas uma fragmentação de províncias independentes e que minimamente mantinham algo em comum na política, a monarquia. No entanto, essas províncias se diferenciavam em cultura e costumes. Mas a questão que nos interessa é se o povo, independente de suas diferenças, é responsável por salvaguardar a liberdade.

Em uma delimitação mais precisa, o que diferencia o povo dos grandes são os desejos. Os grandes possuem o desejo de comandar, enquanto o povo deseja algo simples e preciso: a liberdade. Mas a quem se assegura o dever de guardar a liberdade? No “Capítulo Quinto” dos *Discorsi*, Maquiavel nos relembra que a liberdade assegurada pelos nobres em Veneza e Esparta tiveram uma duração maior comparado com Roma, que assegurou a liberdade nas mãos do povo, mas em contrapartida, o filósofo argumenta que é melhor confiar a liberdade nas mãos daqueles

que possuem menos ambição no objeto em questão -no caso, o desejo de comandar- pois assim a liberdade estará mais segura:

[...] e tomando os romanos como exemplo, direi que se deve sempre confiar um depósito a quem tem por ele menos avidez. De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede de domínio; no segundo o desejo de não ser degradado – portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade (MAQUIAVEL, 2008, p. 33).

O único desejo do povo é o de não ser dominado, assim, sempre ir-se-ão zelar por garantir o máximo de liberdade e independência possível, ao contrário dos grandes, que se apossam de qualquer ocasião para comandar as classes inferiores. No entanto, Maquiavel não se mostra totalmente confiante quanto a assegurar a total liberdade ao povo, mostrando-nos exemplos em qual situação convém manter a defesa da liberdade aos povos e quais convém aos grandes. Segundo o filósofo, no caso de uma república em ascensão convém assegurar a liberdade ao povo e no caso de apenas querer conservar as repúblicas a liberdade cabe aos grandes. Ainda assim, Maquiavel reforça que os governantes influentes, por possuírem poder, causam mais desastres e discórdias do que aqueles que não o possuem em grande escala:

É preciso considerar, também, que quanto mais um indivíduo possui, mais aumenta o seu poder; é mais fácil para ele provocar alterações da ordem. E, o que é bem mais funesto, sua ambição desenfreada acende o desejo de posse no coração dos que não o tinham, seja como vingança, para depoar os inimigos, seja para compartilhar as honrarias e riquezas de que querem fazer uso ilícito (MAQUIAVEL, 2008, p. 35).

O florentino sempre se mostrou um grande amante da História da Antiguidade e não deixa de salientar que “Na antiguidade todos os países eram povoados por homens livres” (MAQUIAVEL, 2008, p. 297), o que

deveria servir de exemplo para os florentinos. Nesse mesmo capítulo, Maquiavel demonstra mais uma vez sua estima pelas repúblicas e pela liberdade dos povos. Cito:

Percebe-se facilmente de onde nasce o amor à liberdade dos povos; a experiência nos mostra que as cidades crescem em poder e em riqueza enquanto são livres. É maravilhoso, por exemplo, como cresceu a grandeza de Atenas durante os cem anos que sucederam à ditadura de Pisístrato. Contudo, mais admirável ainda é a grandeza alcançada pela república romana depois que foi libertada de seus reis. Compreende-se a razão disso: não é interesse particular que faz a grandeza dos Estados, mas o interesse coletivo. E é evidente que o interesse comum só é respeitado nas repúblicas: tudo o que pode trazer vantagem geral é nelas conseguido sem obstáculos (MAQUIAVEL, 2008, p. 197-198).

Maquiavel não hesita também em expor suas críticas relativas à Igreja. Ao se questionar por qual motivo os antigos amam a liberdade mais do que os homens de hoje o filósofo diz que a causa disso se concentra na educação e na religião. Ao induzir os homens a uma possível salvação divina, dizendo existir uma verdade absoluta, a Igreja os impede de avançar rumo à glória: a liberdade. Vejamos nas próprias palavras do filósofo:

Com efeito, nossa religião, mostrando a verdade e o caminho único para a salvação, diminui o valor único das honras deste mundo. Os pagãos, pelo contrário, que perseguiram a glória (considerada o bem supremo), empenhavam-se com dedicação em tudo o que lhes permitisse alcançá-la (MAQUIAVEL, 2008, p. 199).

## **A criação de tropas próprias como recurso para a liberdade externa**

Aqui faz-se crucial partimos da análise histórica da cidade de Maquiavel, Florença, e da construção política de toda a Itália para assim compreendermos com mais precisão o conceito de liberdade exposto pelo autor. Para Maquiavel, o ideal de liberdade política externa se trata da realização, por completo, da unificação das antigas cidades-Estados, sendo que até muito depois do século XVI (o qual viveu Maquiavel), mais especificamente até o Risorgimento no século XIX não existia união das penínsulas itálicas, apenas uma formação de pequenas províncias que precisavam se submeter às potências externas, assim as cidades se subordinavam às tropas mercenárias. Com efeito, uma das vias próximas dessa unificação seria a formação de um exército próprio, ou seja, uma tropa que produziria maior segurança e independência às pequenas cidades-Estados italianas, sendo essa a proposta de Maquiavel.

Estamos, portanto, diante de um sistema do qual não existia ainda a Itália a qual conhecemos, sendo na época de Maquiavel apenas uma fragmentação de províncias (ou cidades-Estados) independentes e que não mantinham sequer a forma de governo: monárquico ou republicano. Ademais, Maquiavel estava seguro de que essa fragmentação territorial não apresentava nenhum tipo de recompensas, muito pelo contrário disso: apenas propiciava o domínio dos estrangeiros e das grandes famílias sob tais províncias. O Reino de Nápoles por exemplo, foi dominado pelos aragoneses e o Estado Florentino foi dominado pela família Médici, durante décadas. As invasões externas também se deram pela França e Espanha em meados de 1494, o que indubitavelmente se deu por essa fragmentação do território italiano.

Maquiavel afirma que a Igreja Romana também influenciou o enfraquecimento das províncias italianas, dando mais espaço para diversas invasões. Por ter sido a Igreja Romana de todo fraca no que se refere ao estabelecimento de seu poder, não conseguiu estabelecer uma unificação do governo:

A razão pela qual a Itália não se encontra na mesma situação [...], não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a Igreja, a qual, tendo saboreado o poder temporal, não tem, contudo a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana (MAQUIAVEL, 2008, p. 61).

Paul Larivaille questiona-se acerca da possível definição da Itália, definindo-a “Como um mosaico de Estados irremediavelmente divididos, além disso, no tabuleiro de xadrez político-militar europeu, onde não são mais do que simples peões?” (LARIVAILLE, 2001, p. 12). Larivaille acredita ainda que essa é uma definição arriscada. Ora, prova disso é a consciência geográfica muito sólida que os italianos apresentavam. Não era necessário descrever localizações ou outros elementos para que um italiano soubesse dizer quais eram as barreiras geográficas dos Estados. Segundo Francesco Guicciardini, italiano e amigo de Maquiavel, nasceu dessas particularidades um sentimento nacional, de ‘italianidade’. Larivaille diz ainda que essa divisão política, além de prejudicar as penínsulas, não promove uma consciência unificada nos povos, mas aponta qual era a atividade do povo na política de Florença do século XV, como os grandes não se separam dos povos:

Falar de revolução seria sem dúvida um exagero, pois são, antes de tudo, os poderosos que organizam o movimento com o propósito exclusivo de restabelecer o antigo regime oligárquico. Mas, bem depressa, a união contra o “tirano” dá lugar às divergências e aos conflitos de interesse e, novamente, como tinham feito os próprios Medici, antes da sua chegada ao poder, um segmento da oligarquia é obrigado a buscar nas camadas populares o apoio necessário para triunfar (LARIVAILLE, 2001, p. 29).

Envolto nesse sentimento de italianidade, Maquiavel colocou em prática sua brilhante ideia de criar uma tropa própria de Florença, formada pelos próprios cidadãos da cidade com a finalidade de que a Florença

obtenha maior independência, pois em 1503 Maquiavel já se preocupava com a liberdade de Florença em relação às potências estrangeiras. O filósofo então, ao que parece, ficou encarregado de preparar as tropas para disputas e pequenas guerras. Como condottiere da tropa de Florença, Maquiavel a guiou para a tomada de Pisa, durante a posse desse cargo. Podemos ver, portanto, que os florentinos participaram ativamente de guerras políticas, sendo uma exceção da Itália Medieval e Moderna. Como indica o cronograma da obra *A Arte da Guerra*: “Em 2 de julho, finalmente, Florença recupera Pisa; no dia 08 desse mês, Maquiavel entra duplamente triunfante na cidade: não só os florentinos haviam tomado Pisa, como o haviam feito com uma infantaria própria” (MAQUIAVEL, 2002, p. 18).

Em *A Arte da Guerra*, Maquiavel narra as batalhas enfrentadas pelo exército de Florença, demonstrando seu método pragmático de desenvolver hipóteses através de experiências passadas, com a finalidade de chegar à autonomia florentina. A tropa nativa de Florença, com Maquiavel como condottiere, como acredita-se, obteve a glória de recuperar Pisa, demonstrando na prática sua eficácia e capacidade, o que enaltece a genialidade de Maquiavel em propor a criação de tropas nativas como recurso para a liberdade em Florença. O filósofo retoma os argumentos em favor de seu ideal político n’*O Príncipe*, capítulo XIII:

Assim, não pode ser verdadeiramente sábio aquele que não reconhece, num principado, os males na própria origem, e isso é dado a poucos. A julgar pelo início da decadência do Império Romano, ver-se-á que motivou-a apenas o fato de haver começado a ter a soldo mercenários godos. Desde então, principiaram a declinar as tropas do império, e todo o mérito deste lhes era posto à conta. Concluo, desse modo, que nenhum principado está assegurado sem forças próprias; antes, está ao sabor da fortuna, e não há virtude que o defenda nos momentos adversos (MAQUIAVEL, 1999, p. 94).

O objetivo prático de Maquiavel norteia diretamente a obra *O Príncipe*. É a partir desses pressupostos que o filósofo demonstra a política de fato, não só para os grandes, mas também para o príncipe. Assim como revela todos seus escritos. Ao que vemos, a redenção da Itália caberia à um príncipe, o que traz a tona a dedicação da obra: oferece-la especificamente à um príncipe e não diretamente aos povos.

### **Considerações finais**

Concluimos, então, que a obra *O Príncipe*, possivelmente trata-se de uma sátira. Ao dedicar essa obra ao príncipe, Maquiavel não se distanciou da sua definição de natureza humana, agindo com precisa ambição e lançando uma ‘obra monárquica’. Mas, surpreendente, a obra também desfere lições aos povos. Ao parecer mordaz, a obra em sua pretensão inicial de proporcionar redenção e glória ao Maquiavel, consegue algo ainda superior: a polêmica, que foi capaz de disponibilizar grande repercussão e acessibilidade da obra. Não são poucos os motivos pelo qual *O Príncipe* é estudado até os dias de hoje, não só pela Filosofia, mas por diversas outras áreas do saber.

A liberdade é um dos objetivos principais d’*O Príncipe*. É indubitável que o sonho de Maquiavel era ver sua amada pátria unificada e livre das amarras calcadas pelas potências estrangeiras. Apesar de em vida, o florentino não ter presenciado essa conquista, posteriormente as penínsulas foram unificadas e sua ideia da criação de tropas próprias foi realmente tomada como um recurso para a liberdade. Em outro sentido, Maquiavel enquanto um fiel republicano almejava a liberdade dos povos perante os grandes e por essa razão, redigiu sob a ótica de um método pragmático, uma análise da história passada enquanto prática e atuante no seu presente.

Vimos também que o conceito de *virtú* é um dos traços que o distanciam da concepção que lhe foi atribuída: maquiavélico. Ao proferir a necessidade da *virtú*, Maquiavel nos mostra que um governante precisa

apresentar qualidades e capacitações para tal cargo, não podendo ser um mero tirano que apela para artilosidade e despotismo. É, portanto, sob esses aspectos maquiavelianos e maquiavélicos que demonstro que a obra *O Príncipe* possivelmente trata-se de uma sátira em defesa da liberdade.

## Referências

- ALIGHIERI, Dante. *Monarquia*. Trad. Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.
- LARIVAILLE, Paul. *A Itália no tempo de Maquiavel*: Florença e Roma. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LÍVIO, Tito. *História Romana*. Trad. Francisco Navarro y Calvo. Buenos Aires: El Ateneo, 1955.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad. Olívia Bauduh. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*: comentários de Napoleão Bonaparte. Trad. Edson Bini. São Paulo: Hemus, 1996.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *A Arte da Guerra*. Trad. Edison Bini. São Paulo: Edipro, 2002.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad. Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1998.
- REALE, Giovanni. *História da Filosofia*: do humanismo a Descartes. Trad. Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*: princípios do direito político. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SPINOZA, Benedictus. *Tratado Político*. Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1994.
- TENENTI, Alberto. *Florença na época dos Médici*: da Cidade ao Estado. Trad. Síval Freitas Medina. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Data de registro: 04/08/2020

Data de aceite: 07/12/2020